

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS - UNIFEOB

Alunos:

- Ana Luisa Morandim de Oliveira 23000820
- Juliano Henrique Ramos 23000643
- Maria Elisa De Aro 23001106
- Thalia Oliveira Pereira da Silva 23001211
- Vitória Venturelli Moreira 23000559

Docente:

Cristina Bueno

AGRONEGÓCIO NO BRASIL

**Suas expansões, leis trabalhistas, vivências e
preconceito.**

São João da Boa

Vista/SP2023

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido pelos estudantes de psicologia do Centro Universitário Octávio Bastos (Unifeob), do segundo módulo, com finalidade de enfatizar a trajetória e vivências de pessoas que são os principais autores dessa grandeza do agronegócio no Brasil, moradores da zona rural, objetivando-se o registro e preservação de história de vida.

O Brasil se destaca por sua expressiva presença no contexto agrícola, atualmente é caracterizado como um dos maiores produtores e exportadores de diversas commodities agrícolas. O nosso país é onde tem um dos agronegócios mais representativos do mundo. Analisa-se que na última década encerrada em 2020, o agronegócio mostrou um ótimo crescimento de 32,5%, enquanto o setor de serviços cresceu apenas 5% e a indústria encolheu 9,2%. É notória a essencialidade do agronegócio na movimentação da economia presente no contexto da contemporaneidade brasileira, visto que, além de gerar empregabilidade, o agro tem efeito multiplicador ao gerar externalidades positivas para a indústria, comércio e o segmento de serviços.

O preconceito contra trabalhadores rurais é um problema sério que muitas vezes é subestimado. Essas pessoas desempenham um papel fundamental na produção de alimentos e no funcionamento das áreas rurais, mas ainda enfrentam estereótipos negativos e discriminação de várias formas. É importante reconhecer e combater esses preconceitos para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, viemos apresentar esse trabalho acadêmico a fim de informar a população de modo geral sobre como é a vida no campo, sua relevância no modelo econômico vigente em nossa sociedade, o capitalismo, assim como as influências da mesma na vida urbana, desenvolvendo -se um olhar não somente destinado às relações econômicas e sociais da vida rural, mas direcionado também para o intuito de visibilidade do indivíduo entrevistado de modo particular, reconhecendo e valorizando suas vivências e bagagens únicas, que serão atribuídas ao museu virtual da pessoa, visando preservar e compartilhar

sua história de vida em meio ao contexto rural.

OBJETIVO:

O objetivo desse trabalho é mostrar que por de traz da grandeza do agro negócio existe um história de vida de pessoas rurais que passam, muitas das vezes, despercebidas pela sociedade, levantando alguns assuntos como falta de informação, falta de recurso, preconceito, leis trabalhistas e segurança no trabalho rural.

METODOLOGIA:

Neste trabalho, adota-se uma abordagem de pesquisa para levantamento de dados juntamente com uma entrevista feita com uma pessoa que vive no ambiente rural, combinando as pesquisas com uma história de vida real, para obter uma maior compreensão dos temas em questão. A pesquisa ajudará este trabalho à coletar dados estatísticos sobre as condições de trabalho e o bem-estar dos trabalhadores rurais, enquanto a entrevista permitirá ouvir as experiências individuais e os preconceitos enfrentados pelos trabalhadores.

RESULTADOS ESPERADOS:

De acordo com as pesquisas a serem realizadas, espera-se mostrar a grandeza do agronegócio brasileiro tão afamado, leis trabalhistas aplicadas no contexto rural e o preconceito ainda contido para com os trabalhadores rurais. Realidade essa muitas vezes ocultada pelas figuras principais destacadas como membros principais das grandes empresas do agronegócio.

Além das pesquisas, investiga-se vivências e experiências através da prática de uma entrevista com um trabalhador rural, onde espera-se mostrar a realidade vivenciada pelo morador da zona rural. Também espera-se desse trabalho ser uma oportunidade para que o trabalhador rural possa ser ouvido através da entrevista e possa através deste ter o reconhecimento merecido.

REFERENCIAL TEÓRICO:

O Brasil se destaca por sua expressiva presença no contexto agrícola, atualmente é caracterizado como um dos maiores produtores e exportadores de diversas commodities agrícolas. A relação do país com o agronegócio tem seus primórdios na década de 1950, ressaltando como marcos a introdução do engenho a vapor, as usinas de açúcar no Nordeste canavieiro e o uso de máquinas no arroz e no trigo no Sul do país. Entretanto, é perceptível a expressiva expansão do agronegócio a partir do ano de 1970, no qual, em contexto da política de “modernização da agricultura”, provida pelo regime militar, que se passa a atribuir o caráter capitalista à agricultura do Brasil.

Inicialmente se faz relevante ressaltar o nítido viés comercial em que se formulou o agronegócio no Brasil, congruente a tal concepção percebe-se que conforme Heredia, et al (2010) (citação direta) “o lado agrícola perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento” caracterizando-se portanto, a evidente complexidade atrelada a pauta do agronegócio brasileiro.

Ao se referir ao agronegócio no contexto da contemporaneidade brasileira fica nítido duas vertentes, a primeira se direciona ao protagonismo econômico advindo do expressivo crescimento agrícola e aumento da produtividade, e a segunda, que irá problematizar as consequências, pouco visibilizadas, advindas desse movimento, ou seja, abordando o conjunto de situações sociais envolvidas nessa realidade, observadas por um meio rural cada vez mais industrializado.

E portanto, através dessa perspectiva, em que se faz relevante destacar que, por trás de toda essa grandeza e expressividade do agronegócio brasileiro, assim como o mérito da grandiosidade do mesmo, atribuído majoritariamente aos donos dos meios de produção agrícolas, estão os trabalhadores da zona rural, esses, apesar de comporem a base dessa estrutura econômica, contraditoriamente são os participantes mais “invisíveis” socialmente, tanto do ponto de vista das grandes empresas agrícolas, quanto do estado, levando em consideração a vulnerabilidade social e explorações trabalhistas das quais são expostos frequentemente os trabalhadores rurais.

- LEIS TRABALHISTAS

O sistema de leis trabalhistas rurais no Brasil evoluiu ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas condições de trabalho e na sociedade em geral. No período colonial, os trabalhadores rurais eram frequentemente submetidos ao trabalho forçado, mas a abolição da escravidão em 1888 trouxe novos desafios e demandas por regulamentação. A CLT de 1943 foi um marco importante na consolidação dos direitos trabalhistas, mas não abordou totalmente as necessidades dos trabalhadores rurais, levando à promulgação da Lei 5.889/73.

A CLT é a principal legislação trabalhista do Brasil e foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, em 1º de maio de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas. Essa legislação unificou diversas normas e regulamentos dispersos que tratavam das relações de trabalho no país. A criação da CLT representou um avanço significativo na proteção dos direitos dos trabalhadores e na regulamentação das condições de trabalho no Brasil onde se destacam as seguintes questões:

Jornada de Trabalho e Descanso: A CLT estabelece regras para a duração da jornada de trabalho, limitando o número de horas diárias e semanais que um empregado pode trabalhar. Além disso, prevê a concessão de descansos, como o intervalo para refeição e repouso.

Remuneração e Benefícios: Define regras para pagamento de salários, férias remuneradas, décimo terceiro salário e horas extras. Também regula o pagamento de adicionais, como o adicional de insalubridade e periculosidade.

Segurança e Saúde no Trabalho: A CLT estabelece diretrizes para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores no ambiente de trabalho. Isso inclui normas para a prevenção de acidentes, uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e regulamentação de atividades perigosas.

Proteção às Mulheres e Menores: A CLT possui disposições específicas para proteger mulheres e menores no ambiente de trabalho, incluindo licença-maternidade, proibição de

trabalho noturno para menores e restrições ao trabalho em locais insalubres para gestantes e lactantes.

Organização Sindical e Negociação Coletiva: A legislação trabalhista brasileira também aborda a organização sindical, garantindo o direito de associação sindical e a realização de negociações coletivas entre empregadores e empregados.

Rescisão de Contrato: A CLT estabelece procedimentos para a rescisão de contratos de trabalho, incluindo o pagamento de verbas rescisórias, como o aviso prévio e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Fiscalização e Penalidades: Define as responsabilidades dos órgãos de fiscalização do trabalho e estabelece penalidades para empregadores que descumprem as leis trabalhistas

Ao longo dos anos, a CLT passou por várias reformas para se adaptar às mudanças na economia e nas relações de trabalho. Uma das reformas mais significativas ocorreu em 2017, com a Lei da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que introduziu alterações importantes na legislação trabalhista, buscando modernizar as relações de trabalho e estimular o emprego.

Nomas Regulamentadoras

As Normas Regulamentadoras, conhecidas também como NRs, constituem um conjunto de regulamentos técnicos e legais criados no âmbito do Ministério da Economia (anteriormente Ministério do Trabalho) no Brasil. Essas normas foram concebidas com o objetivo primordial de promover a segurança, saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho, abrangendo uma ampla variedade de setores e atividades econômicas.

A Norma Regulamentadora 31 (NR 31) é uma regulamentação brasileira que estabelece as diretrizes de segurança e saúde no trabalho no setor agrícola, pecuário, florestal e agroindustrial. Ela foi criada para garantir condições de trabalho seguras e saudáveis para os trabalhadores envolvidos nessas atividades, que frequentemente enfrentam riscos específicos relacionados ao ambiente rural.

A NR 31 é uma norma do Ministério do Trabalho e Emprego (atualmente parte do Ministério da Economia) foi instituída pela Portaria nº 25, de 29 de dezembro de 1994, e tem sido atualizada ao longo dos anos para se adequar às mudanças nas práticas agrícolas e às necessidades de proteção dos trabalhadores rurais, tais como:

- Registro de Empregados: Os empregadores rurais devem manter um registro atualizado de todos os trabalhadores, incluindo informações sobre sua qualificação, jornada de trabalho, pagamento e condições de saúde e segurança.
- Segurança no Trabalho: A NR 31 estabelece diretrizes específicas para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no meio rural, incluindo a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), a realização de treinamentos de segurança e a implementação de medidas de proteção em máquinas e equipamentos agrícolas.
- Higiene e Condições Sanitárias: A norma aborda questões de higiene no ambiente de trabalho, como instalações sanitárias adequadas, fornecimento de água potável e controle de insetos e roedores.
- Transporte de Trabalhadores: Regula o transporte de trabalhadores para as áreas rurais, estabelecendo padrões de segurança para veículos e condições de viagem.
- Uso de Agrotóxicos: Estabelece diretrizes para o manuseio, armazenamento e descarte de agrotóxicos, visando à proteção dos trabalhadores rurais contra exposições nocivas a produtos químicos.
- Prevenção de Incêndios e Acidentes: Define medidas de prevenção de incêndios e acidentes em locais de trabalho agrícola.
- Primeiros Socorros: Estabelece a necessidade de disponibilizar recursos para prestação de primeiros socorros em caso de acidentes ou doenças súbitas.
- Trabalho com Animais: Regulamenta o manejo de animais no campo, incluindo a proteção de trabalhadores que lidam com gado, equinos e outros animais.

A NR 31 se aplica a uma variedade de atividades no setor rural, incluindo agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, entre outras. Ela visa garantir que as condições de trabalho no meio rural estejam de acordo com as normas de segurança e saúde, protegendo a integridade física e a saúde dos trabalhadores rurais.

Empregadores que descumprem as diretrizes da NR 31 estão sujeitos a sanções e penalidades, e a fiscalização é realizada pelos órgãos competentes, como o Ministério da Economia e o Ministério Público do Trabalho, com o objetivo de assegurar o cumprimento das normas.

Desrespeito às Normas de Segurança

Apesar de existir as leis trabalhistas, ainda podemos ver que o desrespeito às normas de segurança no ambiente de trabalho ainda são constantes em vários ambiente de trabalho rural e se manifesta de várias formas, incluindo a falta de fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), treinamentos insuficientes, condições de trabalho precárias, negligência em relação à manutenção de máquinas e equipamentos, e a não observação das regulamentações específicas para determinadas atividades. Essa não conformidade com as normas é motivada, em muitos casos, pela busca por economia de recursos, pela pressão por maior produtividade e muitas vezes por preconceito em achar que o trabalhador rural não precisa de assistência e que pelo falto do trabalho ser na 'roça' não há necessidade de tanto cuidado. É comum ver em empresas rurais em fazendas ou sítios não atenderem as normas de segurança deixando os trabalhadores expostos a ambientes de trabalho inseguros enfrentando riscos de acidentes, lesões graves ou desenvolver doenças ocupacionais devido à exposição a substâncias tóxicas ou condições insalubres. O estresse, a ansiedade e outros problemas de saúde mental também podem resultar de um ambiente de trabalho inseguro.

De 2012 a 2022, foram comunicados 6,7 milhões acidentes de trabalho e 25,5 mil mortes no emprego com carteira assinada, segundo os dados atualizados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho , desenvolvido no âmbito da Iniciativa SmartLab de Trabalho Decente , coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil. As informações se baseiam em comunicações de acidentes de trabalho (CAT) ao Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS).

PRECONCEITO

O preconceito é um problema que se encontra em diversas partes da sociedade, e os trabalhadores do meio rural não estão a salvo desse fenômeno. Para tratarmos desse assunto, teremos como base a Antropologia que nos oferece uma lente mais clara para entender as dinâmicas sociais e os preconceitos enraizados em relação às pessoas rurais. Ao longo da história, as sociedades frequentemente estabeleceram hierarquias e estereótipos que marginalizam aqueles que vivem em áreas rurais, em comparação com os habitantes urbanos.

A percepção negativa em relação às pessoas rurais muitas vezes se baseia em estereótipos e generalizações. A urbanização e a modernização frequentemente são vistas como símbolos de progresso, enquanto as comunidades rurais podem ser estigmatizadas como sendo menos desenvolvidas ou culturalmente atrasadas. Esses preconceitos podem ser alimentados pela falta de compreensão e contato direto com a vida rural.

Ao estudar o meio rural, os antropólogos destacam a importância de valorizar sua cultura, tradições e modos de vida. Essa abordagem busca desconstruir estereótipos e promover um diálogo mais inclusivo e empático entre as diversas realidades culturais, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Os trabalhadores rurais desempenham um papel importante na produção de alimentos e na manutenção das áreas rurais, mas muitas vezes enfrentam discriminação devido à sua ocupação. Em uma visão geral o preconceito é tido como uma atitude negativa que um indivíduo está predisposto a sentir ou pensar em relação a determinado grupo de uma forma negativa previsível. Pode-se dividir o preconceito em duas formas, clássico ou velado; preconceito clássico são expressão de atitudes e comportamentos hostis em relação a um grupo alvo; o preconceito velado apresenta-se de forma menos aberta e mais encoberta. A expressão encoberta do preconceito explicaria a diminuição de manifestações clássicas de discriminação.

O preconceito com o trabalhador rural é considerado um preconceito social e pode assumir várias formas. Uma delas é a ideia equivocada de que o trabalho no campo é menos valioso ou digno do que as ocupações urbanas. Isso ocorre muitas vezes devido a conceitos negativos que associam o trabalhador rural à falta de educação ou à pobreza. No entanto, a

realidade é que a agricultura e a pecuária são setores essenciais para a economia de muitos países e desempenham um papel primordial no abastecimento de alimentos para a população.

O preconceito social teve origem com a formação das classes sociais, hoje as pessoas têm preconceito com pessoas que moram no campo, por não ter a mesma estrutura e desenvolvimento do que uma pessoa da zona urbana. Portanto essa classe social “urbana” cria um estereótipo negativo sobre a classe “rural”.

Atualmente as pessoas da zona rural ainda sofrem com o preconceito e discriminação, a vida dessas pessoas tem sido cada vez mais desvalorizadas, o modo de vida, forma de trabalho, vestimentas, dialogo e até mesmo a produção, acarretando humilhação social, econômico e político.

Assim, para Gonçalves Filho (2009), podem-se elencar ao menos três elementos para conceituação do adjetivo social à experiência da humilhação, para a compreensão deste fenômeno dentro de um campo relacional e político:

1º - A humilhação social é fenômeno intersubjetivo, produzido ao menos sobre dois campos: o político-econômico e as produções psicossociais. Fixar-se em um dos campos é restringir à análise do fenômeno da humilhação, ora aos processos político econômicos, como impedimentos objetivos que proíbem o acesso a direitos e bens a um determinado grupo, os quais serão envolvidos em uma situação de rebaixamento e servilidade; e ora a um psicologismo, que pode individualizar este sofrimento que é político e circunscrevê-lo a uma psicodinâmica intra-subjetiva. A humilhação social caracteriza-se por um fenômeno político e psicológico, experiênciado pelos sujeitos na vida social e metabolizado em suas experiências pessoais e coletivas frente ao rebaixamento vivido.

2º - A humilhação social é um fenômeno histórico, no qual o sujeito carrega e compartilha consigo o sofrimento do grupo ao qual pertence. São vivências de impedimentos que causam um sofrimento, que não é apenas sofrimento individual, mas coletivo, sentido como inferiorização, que percorre de forma transgeracional a vida de grupos, raças, etnias, gêneros, classes e povos.

3º - A humilhação social é expressa como um fenômeno político regido pelo enigma da dominação, na qual um grupo subjuga outro a seus mandos e exige deles uma servilidade

que retira os traços de humanidade de ambos os envolvidos. A humilhação social exige a presença dos humilhados e dos soberbos, da dominação para se consolidar. Ambos vivem o enigma da dominação que impede o diálogo, a conversa e o encontro. Enigma que dispara uma angústia que deve ser analisada sobre seus aspectos políticos, consolidada coletivamente e implicada sobre as subjetividades de quem a vive e a sustenta.

Além disso, os trabalhadores rurais também enfrentam desafios relacionados à falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde, em áreas remotas. Isso pode agravar ainda mais a exclusão social e reforçar conceitos negativos sobre as comunidades rurais. A falta de reconhecimento e apoio adequado a esses trabalhadores pode levar a condições precárias de trabalho e baixos salários, perpetuando o ciclo de desigualdade social.

Para combater o preconceito com o trabalhador rural, é importante promover a conscientização sobre a importância do trabalho no campo e desafiar os estereótipos negativos associados a ele. Além disso, políticas públicas e programas de desenvolvimento rural devem ser implementados para melhorar as condições de vida e de trabalho das comunidades rurais. Isso inclui o acesso a educação de qualidade, assistência médica adequada e oportunidades de emprego digno.

Também é importante promover o respeito à diversidade cultural e étnica das comunidades rurais e valorizar suas contribuições para a sociedade como um todo. A conscientização sobre as questões enfrentadas pelos trabalhadores rurais e o engajamento da sociedade na luta contra o preconceito são passos vitais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

O preconceito com o trabalhador rural é um problema que afeta não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também a sociedade como um todo. Reconhecer a importância do trabalho no campo e promover a igualdade de oportunidades para os trabalhadores rurais é fundamental para construir um mundo mais justo e equitativo.

No entanto, é importante ressaltar que essas dificuldades não invalidam a importância sociológica para as comunidades rurais. Pelo contrário, destacam a necessidade de adaptar os métodos de ensino, promover a inclusão de perspectivas rurais nos estudos sociológicos e demonstrar como esses conceitos podem ser relevantes e úteis para abordar os desafios enfrentados por essas comunidades.

DIFICULDADES DE ACESSO DOS MORADORES RURAIS

Os trabalhadores e moradores rurais muitas vezes lidam com condições de trabalho exigentes, isolamento geográfico, acesso limitado a serviços de saúde, (principalmente em questões de saúde mental), transporte, internet e informações em geral. De acordo com pesquisas em artigos “o acesso é menor nas áreas rurais em função a maior vulnerabilidade social de sua população e das maiores dificuldades de acesso que seus grupos sociais estão submetidos.” Natália Martins Arruda, Alexandre Gori Maia, Luciana Correia Alves.

As zonas rurais necessitam de um alto investimento para a infra-estrutura e acesso a saúde psicológica; A psicologia comunitária pode desempenhar um papel crucial ao abordar esses desafios. Sendo uma área que se concentra no entendimento e na promoção da saúde mental nas comunidades, considerando seu contexto social, cultural e econômico. No caso dos trabalhadores rurais, essa abordagem se torna especialmente relevante, pois eles enfrentam desafios únicos que afetam sua saúde mental e bem-estar oferecendo ferramentas práticas para lidar com o estresse, a depressão e outras questões enfrentadas pelos trabalhadores rurais. Isso pode ser feito por meio de workshops, grupos de apoio, intervenções baseadas na comunidade e capacitação de líderes locais para serem agentes de mudança dentro de suas próprias comunidades.

Outro aspecto importante foi também, o fato da pandemia, onde a zona rural enfrentou diversas dificuldades com o ensino remoto, de acordo com pesquisas a falta das tecnologias necessárias e de acesso à internet nas moradias dos alunos foi dita como desafio para manter as aulas durante a pandemia por 92% dos professores de escolas rurais. Então aqui se mostra que muita dificuldade de acesso à área urbana existe no meio rural; esses entre tantos fatores que se encontra como uma dificuldade.

ENTREVISTA:

Como parte prática desse trabalho foi realizado uma entrevista com o senhor João Batista Catini, 69 anos de idade, morador da zona rural onde o mesmo foi convidado a contar sua história de vida, suas vivências como meio rural.

A identidade das comunidades rurais é moldada por uma variedade de fatores, incluindo tradições, valores, crenças e rituais compartilhados. A psicologia comportamental

pode explorar como esses elementos influenciam os comportamentos individuais e coletivos, bem como a coesão social dentro das comunidades rurais.

Para ser fazer essa entrevista foi preciso colocar em prática a o que é chamado em psicologia de Ética Psicológica e Escuta Ativa.

A ética psicológica é um pilar fundamental dentro do contexto de uma entrevista como foi feita. Há uma série de princípios éticos que devem ser cuidadosamente considerados e seguidos para garantir o bem-estar do entrevistado e a integridade da sua pessoa. Além disso, o respeito à autonomia do entrevistado é um princípio-chave. Isso implica informar claramente sobre o propósito da entrevista, o processo envolvido e os direitos do entrevistado em relação à participação voluntária, à interrupção do processo a qualquer momento e à recusa em responder a determinadas questões sem repercussões negativas.

A imparcialidade e a objetividade também são de suma importancia para se evitar qualquer forma de preconceito, discriminação ou julgamento durante a entrevista. Isso inclui ser sensível à diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero e outras características que possam influenciar a interação.

É importante também obter consentimento informado do entrevistado, explicando claramente os objetivos, procedimentos, possíveis benefícios e quaisquer riscos associados à entrevista. O consentimento informado permite que o indivíduo tome uma decisão consciente e informada sobre sua participação.

A ética psicológica na entrevista é fundamental para garantir um ambiente de confiança, respeito e cuidado para com o entrevistado, mantendo a integridade e a responsabilidade ética do nosso trabalho acadêmico.

A escuta ativa é um processo no qual o terapeuta ouve o paciente de maneira atenta e consciente, isso significa estar totalmente presente durante a conversa, sem distrações, julgamentos ou interrupções. O terapeuta se esforça para compreender não apenas as palavras do paciente, mas também suas emoções, sentimentos e perspectivas. Isso envolve o uso de habilidades verbais e não verbais para demonstrar interesse e empatia, tais como:

- Atenção plena: Prestar atenção total ao paciente, evitando distrações externas e internas. Isso significa desligar os dispositivos eletrônicos, evitar planejar respostas enquanto o paciente fala e se concentrar inteiramente na pessoa à sua frente.

- **Compreensão empática:** A escuta ativa envolve a capacidade de se colocar no lugar do paciente e compreender seus sentimentos e perspectivas. O terapeuta demonstra empatia, validando as experiências do paciente e mostrando que se importa.
- **Comunicação não verbal:** Além das palavras, a comunicação não verbal desempenha um papel crucial na escuta ativa. Isso inclui manter contato visual, usar linguagem corporal aberta e responsiva, acenar com a cabeça para mostrar que está ouvindo e fazer perguntas abertas para incentivar o paciente a se expressar.

Feedback reflexivo: O terapeuta reflete as palavras e sentimentos do paciente para confirmar que os compreendeu corretamente. Isso ajuda a construir confiança e permite que o paciente sinta que está sendo ouvido e valorizado.

Outro ponto a ser observado na entrevista é em relação a parte comportamental de um morador da zona rural e como esse ambiente influenciou seu comportamento. Para isso vamos utilizar uma das vertentes da psicologia que é a Análise do comportamento ou Psicologia Comportamental. De modo geral, a psicologia comportamental explora como nossos ambientes e experiências moldam nossos comportamentos.

A rotina do campo, rodeada pela interação direta com a natureza, instiga uma conexão mais profunda com o ambiente. Essa proximidade constante com a terra e suas estações moldam a percepção temporal e o senso de responsabilidade. A observação das mudanças sazonais pode implantar valores como paciência e perseverança. A vida rural muitas vezes enfatiza a interdependência e a cooperação. As comunidades rurais freqüentemente se baseiam em “redes sociais próximas”, onde a confiança mútua e a reciprocidade são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar de todos. Esses laços estreitos moldam não apenas as relações sociais, mas também o senso de identidade e pertencimento do indivíduo.

CONCLUSÃO

Partindo-se do repertório teórico utilizado, é perceptível a congruência da pauta agronegócio com a contemporaneidade brasileira, uma vez que vivenciamos a expressiva relevância das empresas de agronegócio no país, tanto no meio urbano como rural,

influenciando de maneira particular as vivências de cada indivíduo inserido nas diversas perspectivas que compõe esse cenário.

Ademais, é devido a essa configuração econômica e social, em que buscamos conhecer com propriedade à história de vida de uma pessoa que cresceu ambientada ao nosso tema de pesquisa. Desse modo, escolhemos realizar uma entrevista, a qual foi filmada e utilizada na produção de um curta metragem que exhibe a vivência pessoal de João Batista, um trabalhador rural de 69 anos, inserido na realidade menos viabilizada por trás da grande potência que é o agronegócio no Brasil, o qual carrega uma rica bagagem influenciada diretamente por esse contexto agrônômico, em seu âmbito pouco valorizado perante a sociedade, experiência na qual ele concordou em compartilhar conosco, enriquecendo a construção do nosso trabalho e sendo protagonista na efetuação de nosso objetivo final, que consiste em eternizar essa história no museu da pessoa.

Nesse contexto, admite-se o valioso conhecimento diante o olhar de João, nos ensinando a valorizar coisas simples e corriqueiras, que na maioria das vezes passam despercebidas no acelerado ritmo das cidades, como a beleza da natureza, e a sensibilização e proximidade aos animais, assim como a valorização nas relações familiares, como a dele com seu pai, relatada em uma lembrança de sua infância, em que ele se emociona em contar.

O entrevistado relata as precariedades de sua educação, João frequentava uma escola em que as matérias do ensino fundamental eram ensinadas aos alunos de diferentes anos juntos. A infância de João também foi difícil, marcada pelo trabalho na roça e o escasso tempo para desfrutar de brincadeiras, diante esse olhar, o entrevistado demonstra indignação com as mudanças sofridas entre as gerações, nessa fase da infância, tendo em vista o exemplo de seus netos que só querem mexer no aparelho celular.

Como pequeno produtor rural, o entrevistado apresenta as barreiras enfrentadas por esse grupo frente às grandes empresas do agronegócio, sendo expostos a falta de visibilidade e de acesso aos recursos necessários, em meio à escassez de assistência governamental, fatores que levam João a apresentar revolta e descrença na melhora da situação, característica da configuração do governo.

O trabalhador rural também relata sua crença na religião católica, e a importância de ter fé, e não apenas em frequentar a igreja, instituição que também passa por necessidades meio a esse cenário.

Quanto a temática do preconceito, João relata que "sempre existiu e sempre vai

existir", ele conta sobre a discriminação que sofreu quando foi comprar um automóvel, ao ser julgado por suas vestimentas, entretanto, comenta sobre a necessidade de ter calma para enfrentar essas situações, demonstrando conformidade com essa triste realidade. É notório que mesmo exposto às dificuldades em que teve contato ao longo de sua vida, João não sente vontade em se mudar do ambiente rural, ele valoriza os prazeres da sua vida e não trocaria suas vivências únicas por outra realidade.

Por fim, podemos concluir que a simplicidade das pessoas rurais é um tesouro valioso que transcende o tempo e as mudanças modernas. Em suas vidas, encontram-se uma riqueza de sabedoria e uma conexão profunda com a natureza e com valores fundamentais. Suas rotinas descomplicadas e sua relação íntima com a terra revelam uma beleza singular, mas profundamente significativa.

Nesses ambientes, a simplicidade é mais do que uma ausência de complexidade, é uma forma de viver. É a arte de encontrar a alegria nas coisas simples: um sorriso caloroso e recpitivo, a partilha de histórias com outras pessoas, o valor do trabalho árduo e o apreço pela generosidade e solidariedade.

As pessoas rurais muitas vezes nos lembram da importância de viver em harmonia com o meio ambiente, cultivando uma consciência ecológica e uma gratidão pela terra que os sustenta. Sua simplicidade reflete uma sabedoria atemporal, ensinando-nos lições valiosas sobre humildade, resiliência e a verdadeira essência da felicidade.

No mundo em constante movimento, onde a complexidade muitas vezes domina, a simplicidade das pessoas rurais serve como um farol, inspirando-nos a apreciar o essencial, a valorizar as relações genuínas e a reconhecer a beleza nas coisas mais simples da vida.

REFERÊNCIAS:

Oliveira, Vanessa: Direitos trabalhistas: história, políticas e reformas, (2022)
<https://ufop.br/noticias/em-discussao/direitos-trabalhistas-historia-politicas-e-reformas>

Justiça do Trabalho: Jornada de Trabalho, <https://www.tst.jus.br/jornada-de-trabalho>

Robert , Leila: Fundamentos da Higiene eSegurança no Trabalho, (2015)

[https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1616/Higiene Trabalho 11_08_15.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1616/Higiene_Trabalho_11_08_15.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Organização Internacional do trabalho:

[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_874091/lang--pt/index.htm#:~:text=Bras%C3%ADlia%20%E2%80%93%20De%202012%20a%202022,coordenada%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20do](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_874091/lang-pt/index.htm#:~:text=Bras%C3%ADlia%20%E2%80%93%20De%202012%20a%202022,coordenada%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20do)

Antropologia e o meio rural

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17126/Curso_Ed-Campo_Antropologia-Populacoes-Rurais.pdf?sequence=4&isAllowed=y

Fábio Fernandes Villela, Fabiano da Silva Costa - Estudo sobre o preconceito contra o meio rural(2013):<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/3-educacao-do-campo-formacao-e-trabalho-docente/c16-os-caipiras-e-suas-representacoes.pdf>

<https://scielosp.org/pdf/csp/2018.v34n6/e00213816/pt>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-07/escolas-rurais-tem-mais-dificuldade-para-oferecer-ensino-remoto>

<https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>